

3ª EDIÇÃO

*ADOLFO MAMORU NISHIYAMA  
RAFAEL DE LAZARI*

*MANUAL DE*  
***PROCESSO***  
***CONSTITUCIONAL***

**MANUAL**  
**DE PROCESSO**  
**CONSTITUCIONAL**



# MANUAL DE PROCESSO CONSTITUCIONAL

ADOLFO MAMORU NISHIYAMA • RAFAEL DE LAZARI

3ª edição

2020





<b>Belo Horizonte</b> Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG Tel.: 31 3261 2801 CEP 30140-007	<b>São Paulo</b> Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82 Bela Vista – São Paulo, SP CEP 01310-933
--	---

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2020, Adolfo Mamoru Nishiyama.  
Copyright © 2020, Rafael de Lazari.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* Plácido Arraes

*Editor* Tales Leon de Marco

*Produtora Editorial* Bárbara Rodrigues

*Capa, projeto gráfico* Nathalia Torres

*Diagramação* Enzo Zaquie Prates

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



# Agradecimentos

## *Por Adolfo Mamoru Nishiyama*

Agradeço à minha esposa, Cristiane, e meus filhos, Mariana, Alexandre e Guilherme, pela paciência no período em que estive ocupado escrevendo essa obra.

Agradeço ao Dr. Daisaku Ikeda, pelos constantes incentivos em minha vida.

Agradeço ao amigo Rafael de Lazari, pelo honroso convite para ser coautor desse manual.

## *Por Rafael de Lazari*

Dedico este trabalho, com todo meu amor, aos meus pais, Nedécio de Lazari e Soraya Maria Santarém Nadim de Lazari, e a minha irmã, Sarah Nadim de Lazari. Sem a família, manancial de todas as benesses do homem, e porto-seguro dos bem-aventurados, nada é possível.

Agradeço ao amigo Adolfo Mamoru Nishiyama, companheiro incansável de uma academia ética, dedicada e qualitativa.

## *Por ambos*

Agradecemos a todos os nossos alunos, às Instituições de Ensino em que trabalhamos, aos amigos em geral, e à Editora D'Plácido, por permitir a execução deste projeto.



---

**PARTE I**  
**ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DO CONTROLE DE**  
**CONSTITUCIONALIDADE E DE CONVENCIONALIDADE**  
**DAS LEIS E DOS ATOS NORMATIVOS**

---

<b>1. Supremacia da Constituição</b> .....	<b>19</b>
<b>2. Teoria geral do controle de constitucionalidade</b> .....	<b>21</b>
2.1. Diferença entre parâmetro (norma de referência) e objeto para um controle de constitucionalidade.....	21
2.2. Formas de inconstitucionalidade.....	23
2.2.1. Quanto ao tipo de conduta praticada pelo poder público.....	23
2.2.2. Quanto à norma constitucional ofendida.....	24
2.2.3. Quanto à extensão.....	25
2.2.4. Quanto ao momento.....	26
2.2.5. Quanto ao prisma de apuração.....	27
2.3. Formas de controle de constitucionalidade.....	28
2.3.1. Quanto à competência jurisdicional (tal forma de controle somente se aplica ao Poder Judiciário).....	31
2.3.2. Quanto à finalidade do controle.....	32
2.3.3. Quanto ao momento.....	33
2.4. Formas de declaração de inconstitucionalidade.....	35
2.4.1. Quanto aos aspectos objetivo e subjetivo.....	35
2.4.2. Quanto ao aspecto temporal.....	36



2.4.3. Quanto à extensão da declaração.....	39
2.5. Inconstitucionalidade por arrastamento.....	41
2.6. Recurso extraordinário e controle de constitucionalidade.....	41

### **3. Controle difuso de constitucionalidade: noções introdutórias, objeto, parâmetro e efeitos**..... **43**

3.1. Possibilidade de utilização de ações coletivas (principalmente a ação civil pública) como meio de controle difuso.....	44
3.2. Provocação do controle difuso de constitucionalidade e competência para apreciação.....	45
3.3. Cláusula de reserva de plenário (art. 97, CF).....	46
3.4. Suspensão da execução da lei pelo Senado (art. 52, X, CF).....	48

### **4. Ações de controle concentrado em espécie**..... **53**

4.1. Ação direta de inconstitucionalidade.....	57
4.1.1. Criação.....	57
4.1.2. Legitimados.....	58
4.1.3. Competência e parâmetro.....	64
4.1.4. Objeto.....	66
4.1.5. Aspecto temporal.....	70
4.1.6. Procedimento, participação do Advogado-Geral da União, e participação do Procurador-Geral da República.....	71
4.1.7. Impossibilidade de desistência da ação direta de inconstitucionalidade protocolada.....	74
4.1.8. Impossibilidade de intervenção de terceiros e inexistência de prazo prescricional/decadencial.....	75
4.1.9. Efeito da medida cautelar e da decisão de mérito na ação direta de inconstitucionalidade.....	77
4.1.10. Efeito ambivalente.....	79
4.2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	79
4.2.1. Criação.....	80
4.2.2. Legitimidade ativa e passiva.....	81
4.2.3. Procedimento, participação do Procurador-Geral da República, e inexistência de manifestação do Advogado-Geral da União.....	82
4.2.4. Competência.....	83
4.2.5. Parâmetro e objeto.....	84

4.2.6. Impossibilidade de desistência.....	88
4.2.7. Decisão e seus efeitos.....	88
4.3. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	90
4.3.1. Previsão e origem.....	91
4.3.2. Finalidade.....	92
4.3.3. Legitimidade.....	93
4.3.4. Competência.....	93
4.3.5. Parâmetro constitucional.....	94
4.3.6. Procedimento.....	95
4.3.7. Possibilidade de medida liminar.....	96
4.3.8. Decisão.....	97
4.3.9. Irrecorribilidade da decisão.....	97
4.4. Ação declaratória de constitucionalidade.....	98
4.4.1. Origem e polêmica inicial em torno da ação declaratória de constitucionalidade.....	98
4.4.2. Legitimação.....	99
4.4.3. Competência para apreciação.....	100
4.4.4. Requisito específico exigido para a ADC.....	100
4.4.5. Parâmetro, objeto e aspecto temporal.....	102
4.4.6. Procedimento, atuação do Procurador-Geral da República e inexigência de manifestação do Advogado-Geral da União.....	102
4.4.7. Efeito ambivalente.....	104
4.4.8. Impossibilidade de desistência.....	104
4.4.9. Impossibilidade de intervenção de terceiros.....	104
4.4.10. Medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade.....	105
4.4.11. Decisão definitiva em sede de ADC.....	106
4.5. Arguição por descumprimento de preceito fundamental.....	106
4.5.1. Origem.....	107
4.5.2. Parâmetro para a ADPF.....	107
4.5.3. Legitimação ativa.....	108
4.5.4. Competência para apreciação.....	109
4.5.5. Procedimento e principal nuança acerca da ADPF.....	109
4.5.6. Espécies.....	111
4.5.7. Objeto.....	112
4.5.8. Possibilidade de uma lei ou ato normativo municipal ter sua constitucionalidade apreciada pelo STF.....	114

4.5.9. Liminar em sede de ADPF.....	114
4.5.10. Decisão definitiva em sede de arguição por descumprimento de preceito fundamental.....	115
4.5.11. Impossibilidade de ação rescisória.....	115
4.5.12. Possibilidade de acordo em ADPF.....	115

## **5. Controle de convencionalidade..... 119**

5.1. Contexto de validade.....	119
5.2. Espécies de controle.....	121
5.3. Primeira casuística: a suposta inconveniência da “Lei da Anistia”.....	125
5.4. Segunda casuística: a suposta inconveniência do crime de desacato.....	130

---

## **PARTE II ASPECTOS PROCESSUAIS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E DOS ATOS NORMATIVOS**

---

## **6. O Código de Processo Civil e o controle de constitucionalidade..... 139**

6.1. O princípio da fundamentação das decisões judiciais no Código de Processo Civil e o controle de constitucionalidade.....	141
6.2. Os precedentes judiciais no Código de Processo Civil.....	144
6.3. O incidente de arguição de inconstitucionalidade no Código de Processo Civil.....	149
6.4. A reclamação no Código de Processo Civil.....	154
6.5. O procedimento do recurso extraordinário no Código de Processo Civil.....	159
6.5.1. Repercussão geral.....	160
6.5.2. Prequestionamento.....	164
6.5.3. O procedimento no CPC e no RISTF para o recurso extraordinário.....	167
6.6. Recurso extraordinário repetitivo no Código de Processo Civil.....	176
6.7. Agravo em recurso extraordinário.....	183
6.8. Súmula vinculante como mecanismo de controle difuso de constitucionalidade.....	184

---

**PARTE III**  
**AS AÇÕES CONSTITUCIONAIS (REMÉDIOS**  
**CONSTITUCIONAIS): HABEAS CORPUS, MANDADO**  
**DE SEGURANÇA INDIVIDUAL, MANDADO DE**  
**SEGURANÇA COLETIVO, MANDADO DE INJUNÇÃO,**  
**HABEAS DATA E AÇÃO POPULAR**

---

<b>7. Habeas corpus</b> .....	<b>197</b>
7.1. Espécies de habeas corpus.....	198
7.2. Legitimação ativa.....	199
7.3. Legitimação passiva.....	202
7.4. Competência.....	203
7.5. Procedimento do habeas corpus: petição inicial.....	207
7.6. Procedimento do habeas corpus no CPP.....	209
7.7. Procedimento do habeas corpus no STF.....	212
<b>8. Mandado de segurança individual</b> .....	<b>215</b>
8.1. Espécies de mandado de segurança.....	216
8.2. Legitimação ativa.....	217
8.3. Legitimação passiva.....	220
8.4. Competência.....	224
8.5. Procedimento do mandado de segurança individual: petição inicial.....	230
8.6. Procedimento do mandado de segurança individual na Lei nº 12.016/2009.....	233
<b>9. Mandado de segurança coletivo</b> .....	<b>247</b>
9.1. Objeto tutelado.....	247
9.2. Petição inicial.....	249
9.3. Legitimação ativa.....	249
9.4. Legitimação passiva.....	251
9.5. Sentença.....	251
<b>10. Mandado de injunção individual e coletivo</b> .....	<b>253</b>
10.1. Legitimação ativa.....	254
10.2. Legitimação passiva.....	255

10.3. Competência.....	256
10.4. Procedimento do mandado de injunção: petição inicial.....	256
10.5. Procedimento do mandado de injunção individual e coletivo na Lei nº 13.300/2016.....	258
<b>11. Habeas data.....</b>	<b>263</b>
11.1. Legitimação ativa.....	265
11.2. Legitimação passiva.....	266
11.3. Competência.....	266
11.4. Procedimento do habeas data: petição inicial.....	267
11.5. Procedimento do habeas data na Lei nº 9.507/1997.....	270
<b>12. Ação popular.....</b>	<b>275</b>
12.1. Espécies.....	275
12.2. Legitimação ativa.....	276
12.3. Legitimação passiva.....	277
12.4. Competência.....	277
12.5. Procedimento da ação popular: petição inicial.....	278
12.6. Procedimento da ação popular na Lei nº 4.717/1965.....	281

---

**PARTE IV**  
**AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

---

<b>13. Ação Civil Pública.....</b>	<b>289</b>
13.1. A ação civil pública e o microsistema processual coletivo.....	292
13.2. Espécies e cabimento.....	293
13.3. Legitimação ativa.....	294
13.4. Legitimação passiva.....	298
13.5. Competência.....	299
13.6. Procedimento da ação civil pública: petição inicial.....	300
13.7. Procedimento da ação civil pública na Lei nº 7.347/1985.....	302

---

**PARTE V**  
**AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

---

<b>14. Ação de improbidade administrativa.....</b>	<b>317</b>
14.1. Atos de improbidade administrativa.....	319

14.1.1. Art. 9º, da Lei nº 8.429/1992.....	319
14.1.2. Art. 10, da Lei nº 8.429/1992.....	320
14.1.3. Art. 10-A, da Lei nº 8.429/1992.....	322
14.1.4. Art. 11, da Lei nº 8.429/1992.....	324
14.2. Tipo de direito metaindividual tutelado pela ação de improbidade administrativa.....	325
14.3. Legitimidade ativa.....	326
14.4. Legitimidade passiva.....	326
14.5. Sanções.....	328
14.6. Acordo de não persecução civil.....	330
14.7. Algumas questões finais sobre a ação de improbidade administrativa.....	333
<b>Referências.....</b>	<b>337</b>

*Este livro pretende equacionar os institutos do processo constitucional pelos prismas do processo civil e do direito constitucional. Prima-se por uma abordagem prática, que permita ao profissional do Direito compreender controle de constitucionalidade/convencionalidade, bem como remédios constitucionais amplamente considerados. À terceira edição deste livro, além de aprofundamentos gerais, foram inseridas noções sobre a ação de improbidade administrativa. O livro estrutura-se em cinco capítulos a seguir dispostos:*

**PARTE I** · Aspectos constitucionais do controle de constitucionalidade e de convencionalidade das leis e dos atos normativos

**PARTE II** · Aspectos processuais do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos

**PARTE III** · As ações constitucionais (remédios constitucionais): habeas corpus, mandado de segurança individual, mandado de segurança coletivo, mandado de injunção, habeas data e ação popular

**PARTE IV** · Ação civil pública

**PARTE V** · Ação de improbidade administrativa

**INDICADO PARA O CURSO:**

Direito

**RECOMENDADO A:**

Professores

Alunos

Profissionais



ISBN 978-65-5589-087-7



9 786555 890877